

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.537.673 - PR (2015/0139814-7)**

**RELATORA : MINISTRA REGINA HELENA COSTA**  
**RECORRENTE : UNIÃO**  
**RECORRENTE : ALCIDES TOSHIO YAMAHA**  
**ADVOGADOS : JOSÉ LUIS WAGNER - RS018097**  
**MARCELO GARCIA DA CUNHA E OUTRO(S) -**  
**RS043016**  
**ADVOGADA : LUCIANA GIL COTTA - RS043174**  
**RECORRIDO : OS MESMOS**

**DECISÃO**

**Vistos.**

Trata-se de Recursos Especiais interpostos pela **UNIÃO** e por **ALCIDES TOSHIO YAMAHA** contra acórdão prolatado, por unanimidade, pela 3ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, no julgamento de apelação, assim ementado (fl. 406e):

**ADMINISTRATIVO. EMBARGOS À EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. 28,86%. COMPENSAÇÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.**

- 1. A teor do demonstrativo de cálculo apresentado pela Contadoria Judicial (evento 2/CÁLCULO 11 do processo de origem) foram compensados os percentuais decorrentes dos reposicionamentos decorrentes das Leis 8.622/93 e 8.627/93, a partir do apurado nas fichas financeiras dos exequentes, tendo sido afastadas as diretrizes de cálculos estipulados pela Medida Provisória nº 1.704/98 e na Portaria MARE nº 2.179/98.*
- 2. O título executivo determina que devem ser compensados os aumentos decorrentes da Lei nº 8.627/93. Assim, são compensáveis todas as verbas incorporadas a título da Lei nº 8.627/93, independente do mês da aplicação da referida Lei e do número de progressões dela decorrentes.*
- 3. De igual, modo, as alterações de classe/padrão implementadas posteriormente a janeiro de 1993 devem ser consideradas na apuração dos valores devidos, nos termos em que especificado na sentença.*
- 4. A antecipação salarial de 33% não é resultado de incorporação de percentuais definidos pela Lei nº 8.627/93, decorrendo da Lei nº 8.645/93, não podendo por isso mesmo ser compensado com os percentuais de 28,86%, como estabelece a jurisprudência sobre o tema.*
- 5. Reconhecida recíproca a sucumbência, cabe ser a mesma distribuída entre as partes e integralmente compensados os honorários advocatícios, na forma do art. 21 do CPC, anotando que a concessão do benefício da assistência judiciária gratuita em nada obsta a compensação da verba honorária.*

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (fls. 434/440e).

Com amparo no art. 105, III, *a*, da Constituição da República, **ALCIDES TOSHIO YAMAHA**, aponta ofensa aos dispositivos a seguir relacionados, alegando-se, em síntese, que:

- I. Art. 535 do Código de Processo Civil – " **a**) Omissão quanto aos arts. 3º, II, e 5º da Lei nº 8.627/93 e ao art. 7º da Lei nº 8.622/93 e art. 5º, X, da CF/88, pelos quais somente pode haver compensação com os valores que foram concedidos pela Lei 8.622/93 c/c a Lei 8.627/93; **b**) Omissão quanto ao art. 37, X, da CF/88 então vigente, tendo em vista que o reajuste de 28,86% corresponde à revisão geral de remuneração em que foi deferida aos servidores públicos federais; **c**) Omissão quanto à configuração da coisa julgada, uma vez que o título executado não possibilita compensações outras que não as decorrentes das Leis 8.622/93 e 8.627/93, de modo que a restrição imposta pela decisão viola o disposto nos arts. 5º, inciso XXXVI, da CF/88, 467, 468, 471 472, 474 e 485 do CPC e art. 6º da LINDB; **d**) Art. 37, inciso XV, da CF/88 e art. 41, § 3º da Lei nº 8.112/90: relativos à irredutibilidade de vencimentos do servidor público" (fl. 450e);
- II. Arts. 3º, II, 5º da Lei n. 8.627/1993 e 7º da Lei n. 8.622/1993 - "O acórdão regional, embora tenha dado parcial provimento ao apelo do recorrente, afastando a compensação dos 28,86% com os reajustes da Lei 8.645/93, olvidou-se quanto à impossibilidade de reconhecimento da validade de compensações outras que não apenas aquelas determinadas pelas próprias Leis 8.622/93 e 8.627/93. Dessa forma, o acórdão regional desconsiderou que, com base nos arts. 3º, *caput* e inciso II, e 5º, da Lei 8.622/93, e art. 7º da Lei 8.627/93, a decisão exequenda determina tão somente a compensação quando se tratar de reposicionamentos concedidos

pela Lei 8.622/93 c/c a Lei 8.627/93" (fl. 452e); e

- III. Arts. 467, 468, 471, e 474 do Código de Processo Civil - Violação à coisa julgada, porquanto, o título exequendo determina tão somente a dedução dos valores concedidos em decorrência dos reposicionamentos conferidos pelas Leis n. 8.622/1993 e 8.627/1993.

A **UNIÃO**, com amparo no art. 105, III, *a*, da Constituição da República, aponta ofensa ao art. 535 do Código de Processo Civil, alegando-se, em síntese, que o tribunal de origem não se manifestou sobre as questões suscitadas nos embargos declaratório.

Com contrarrazões (fls. 497/505e e 508/515e), os recursos foram admitidos (fl. 518e e 520e).

**Feito breve relato, decidido.**

Por primeiro, consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, *in casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 1973.

Nos termos do art. 557, *caput*, do Código de Processo Civil, combinado com o art. 34, XVIII, do Regimento Interno desta Corte, o Relator está autorizado, por meio de decisão monocrática, a negar seguimento a recurso ou a pedido manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou jurisprudência dominante da respectiva Corte ou Tribunal Superior.

Início pelo Recurso Especial de **ALCIDES TOSHIO YAMAHA**, (fls. 446/458e).

Sustenta o Recorrente a existência de omissão no acórdão recorrido não supridas no julgamento dos embargos de declaração.

Ao prolatar o acórdão recorrido, o tribunal de origem enfrentou a controvérsia apresentada nos seguintes termos (fls. 399/404e):

*Cumprindo determinação da Corte Superior passo ao prosseguimento do julgamento da AC nº 2005.70.00.022906-4/PR, ora por meio do presente processo eletrônico.*

Trata-se de apelação interposta contra sentença que julgou procedentes embargos à execução contra a Fazenda Pública, atinente a diferenças vencimentais de 28,86%, condenando os embargados ao pagamento de honorários advocatícios fixados em 10% do valor da causa.

Em suas razões recursais, sustenta a parte exequente/embargada: (i) que a forma de cálculo adotada pelo Núcleo de Contadoria da SJPR e que teve o seu resultado homologado pela sentença recorrida não é apropriada para apurar as diferenças, porquanto os valores que apresentaram estão pautados em diretrizes de cálculos estipulados pela Medida Provisória nº 1.704/98 e na Portaria MARE nº 2.179/98; (ii) que também não pode ser considerado, como acabou sendo nos cálculos da Contadoria, a compensação de evolução funcional, em face de que o título que se executa a isso não permite; (iii) que somente as fichas financeiras devem ser consideradas como parâmetro de cálculo; (iv) que a apelada deve ser condenada a arcar com os honorários advocatícios a serem arbitrados sobre o valor dos embargos (evento 2/APELAÇÃO18 do processo de origem).

A executada ofereceu contrarrazões (evento 2/CONTRAZ24 do processo de origem).

Da sentença recorrida, naquilo que ora interessa, destaco:

Da compensação

A União sustenta que devem ser compensados os reajustes concedidos por força das Leis n. 8.622/93 e 8.627/93, e com relação à própria progressão funcional dos servidores em decorrência destas leis.

Assiste razão à União.

Isto porque, a questão já foi decidida pelo e. Supremo Tribunal Federal, nos Embargos de Declaração opostos nos autos de Mandado de Segurança n.22.307/DF :

EMENTA: ADMINISTRATIVO. SERVIDORES DO MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. REAJUSTE DE VENCIMENTOS DE 28,86 %, DECORRENTE DA LEI N' 8.627/93. DECISÃO DEFERITÓRIA QUE TERIA SIDO OMISSA QUANTO AOS AUMENTOS DE VENCIMENTOS DIFERENCIADOS COM QUE O REFERIDO DIPLOMA LEGAL CONTEMPLOU DIVERSAS CATEGORIAS FUNCIONAIS NELE ESPECIFICADAS. Diploma legal que, de efeito, beneficiou não apenas os servidores militares, par meio da 'adequação dos postos e graduações', mas também nada menos que vinte categorias de servidores civis, contemplados com 'reposicionamentos' (arts. 1º e 3º), entre as quais aquelas a que pertence a maioria dos impetrantes. Circunstância que não se poderia deixar de ter em conta, para fim da indispensável compensação. sendo certo que a Lei n' 8.627/93 contém elementos concretos que permitem calcular o percentual efetivamente devido a cada servidor. Embargos acolhidos para o fim explicitado.

(RMS 22307 ED / DF - DISTRITO FEDERAL EMB. DECL. NO RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA, Relator(a): Min. MARCO AURÉLIO, Rel. Acórdão Min. ILMAR GAL VÃO Julgamento: 11/03/1998 Órgão Julgador: T ribunal Pleno Publicação: DJDATA-26-06-1998 PP-00008) A compensação dos reajustes, ainda, é

*objeto da súmula 672 do STF:*

*'Súmula 672 - O reajuste de 28,86%, concedido aos servidores militares pelas Leis 8.662/93 e 8.627/93, estende-se aos servidores civis do Poder Executivo, observadas as eventuais compensações decorrentes dos reajustes diferenciados concedidos pelos mesmos diplomas legais' Verifico, ainda, que as alterações de classe/padrão implementadas posteriormente também devem ser consideradas na apuração dos valores devidos, uma vez que o percentual de defasagem calculado com base na própria Lei n. 8.627/93 é diverso para cada classe/padrão. Veja-se que não se está abatendo o valor recebido pelo servidor em razão da promoção, o que não seria possível. O que se está fazendo é simplesmente reenquadrar o servidor no percentual de reajuste devido (em decorrência da Lei n. 8.627/93), em razão da nova classe/padrão ocupados, valendo observar que pode acontecer de, com a progressão na carreira, o servidor fazer jus a um percentual maior de reajuste.*

*Observe-se que se se verificasse somente o percentual relativo à classe/padrão especificamente ocupados por ocasião da Lei n. 8.627/93, cada servidor chegaria ao final da carreira com um valor diverso de vencimento básico.*

*Para se evitar que servidores ocupantes de mesmos cargos, nas mesmas classes e padrões, tenham vencimentos diversos, em razão da classe/padrão que ocupavam na ocasião da edição da Lei n. 8.627/93, é que se considera o percentual padrão de defasagem relativo a cada classe/padrão, percentual este calculado com base na Lei n. 8.627/93 (e não com base em qualquer lei posterior). Tudo isto com o intuito de se dar aplicação ao princípio da isonomia (igual vencimento para igual classe e padrão na carreira), que foi o princípio ensejador do direito ao percentual de 28,86%, objeto de discussão nestes embargos.*

*Do valor apurado pela Contadoria*

*Por fim, verifico que o cálculo da Contadoria foi elaborado em estrita observância ao julgado, uma vez que apurou os percentuais efetivamente devidos aos embargados e considerou corretamente as compensações decorrentes das progressões funcionais.*

*Em razão do acima exposto, entendo corretos os valores encontrados pela Contadoria, no importe de R\$ 17.563,50 (dezessete mil quinhentos e sessenta e três reais e cinquenta centavos).*

*Contudo, apesar da Contadoria ter apurado corretamente os valores a serem restituídos, nos termos do art. 128 do CPC, 'O Juiz decidirá a lide nos limites em que foi proposta, sendo-lhe defeso conhecer de questões, não suscitadas, a cujo respeito a lei exige iniciativa da parte'.*  
*(grifei).*

*Extraí-se claramente da leitura deste artigo que o Juiz fica, ao sentenciar, adstrito ao pedido efetuado pelas partes. E com base neste princípio, fixo o valor a ser executado pelo embargado como sendo aquele apresentado pela embargante.*

*Ante o exposto, julgo procedente o pedido formulado na inicial para fixar o valor da execução de sentença como sendo aquele apresentado pela embargante na petição inicial destes embargos.*

*Sem custas (Lei n. 9.289/96, art. 7º).*

*Condeno os embargados ao pagamento de honorários advocatícios em favor da embargante, os quais fixo em 10% do valor da causa, na forma do art. 20, §§3º e 4º, do CPC. Esse valor será corrigido pelos critérios de atualização monetária estipulados pelo Conselho da Justiça Federal (CJF), no período compreendido entre o ajuizamento da presente demanda e a citação para pagamento dos honorários advocatícios. Diante da redação do art. 406 da Lei nº 10.406/2002 (que instituiu o novo Código Civil), após citação para pagamento de honorários, será corrigido pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente (art. 13 da Lei nº 9.065/1995), a qual congloba juros e correção monetária, até a data do efetivo pagamento.*

*Anoto que os honorários deverão ser deduzidos dos valores a serem recebidos nos autos em apenso.*

*(...)*

*Da informação do Núcleo de Contadoria (evento 2/CÁLCULO 11 da origem), por sua vez, constou:*

*(...) Este Núcleo, então, mediante análise dos enquadramentos ocorridos por força das Leis 8.460/92, 8.627/93 e 8.622/93 (tabelas salariais) e das fichas financeiras juntadas nos autos, verificou o seguinte:*

*De acordo com as fichas financeiras das fls. 25/37 dos autos de execução de sentença em apenso, verifica-se que com o advento da Lei nº 8.627/93, o servidor em questão passou da classe B IV para a classe A III, tendo, portanto, uma elevação de cinco padrões. Com esta elevação de padrões, já teria sido contemplado com um acréscimo em seu vencimento básico de 19,43% (Cr\$ 4.230.000,00 - vencimento classe A III / Cr\$ 3.541.706,00 - vencimento classe B IV = 1,1943 ou 19,43%), gerando uma defasagem, em relação aos 28,86%, de apenas 7,98% ( $1,2886 / 1,1943 = 1,0789$  ou 7,89%) e não, s.m.j., 15,82% como entende a parte autora.*

*Referida análise pode ser confirmada através da ficha financeira, que demonstra o seguinte:*

*a) em jan/93, o vencimento correspondia a Cr\$ 3.541.700,00 (tabela salarial da Lei nº 8.622/93 - anexo III - classe B IV);*

*b) em fev/93, tendo em vista o enquadramento na classe A III (vencimento de Cr\$ 4.230.000,00), foi pago, em folha suplementar, o equivalente ao aumento concedido pela Lei 8.627/93, retroativo ao mês de jan/93 (Cr\$ 688.294,00 x 2 meses = Cr\$ 1.376.588,00);*

*c) em mar/93, foi pago o valor de Cr\$ 5.625.900,00, que corresponde ao vencimento da Classe A III (4.320.000,00) acrescido do reajuste de 33%, concedido pela Lei nº 8.645/93.*

*Ocorre, como já mencionado, que a parte autora considerou o percentual de defasagem constante da Portaria 2179/98 - MARE (15,98%). Todavia, os percentuais constantes da Portaria MARE foram obtidos baseados na premissa de que todas as classes, quando do advento da Lei nº 8.627/93, teriam evoluído três padrões, e no presente caso, verifica-se que o servidor em questão evoluiu 5 (cinco padrões).*

Assim sendo, este Núcleo elaborou o cálculo utilizando o percentual de 7,90%.

As diferenças apuradas foram atualizados pelas variações do INPC e os juros foram computados à base de 0,50% ao mês a partir da citação, ocorrida em mar/94.

(...) O provimento sentencial deve ser reformado em parte.

*Quanto às compensações*

A teor do demonstrativo de cálculo apresentado pela Contadoria Judicial (evento 2/CÁLCULO 11 do processo de origem) foram compensados os percentuais decorrentes dos reposicionamentos decorrentes das Leis 8.622/93 e 8.627/93, a partir do apurado nas fichas financeiras dos exequentes, tendo sido afastadas as diretrizes de cálculos estipulados pela Medida Provisória nº 1.704/98 e na Portaria MARE nº 2.179/98.

O título executivo determina que devem ser compensados os aumentos decorrentes da Lei nº 8.627/93. Assim, são compensáveis todas as verbas incorporadas a título da Lei nº 8.627/93, independente do mês da aplicação da referida Lei e do número de progressões dela decorrentes.

De igual, modo, as alterações de classe/padrão implementadas posteriormente a janeiro de 1993 devem ser consideradas na apuração dos valores devidos, nos termos em que especificado na sentença.

Neste sentido, tem-se orientado a jurisprudência desta Corte:

EMBARGOS À EXECUÇÃO. DIFERENÇAS RESIDUAIS DE 28,86%. SERVIDOR CIVIL. INCIDÊNCIA SOBRE ANUÊNIOS RECOMPOSTOS E 3,17%. POSSIBILIDADE. IMPOSSIBILIDADE DE COMPENSAÇÃO DE MAIS DE TRÊS PADRÕES. LEI Nº 8.627/93. AFASTAMENTO. COMPENSAÇÃO/LIMITAÇÃO DECORRENTE DA REESTRUTURAÇÃO FUNCIONAL PROMOVIDA PELA LEI Nº 10.355/01. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

4) Não procede a conclusão posta na sentença, calcada na informação da Contadoria Judicial de que somente três padrões podem ser compensados. O título executivo determina que devem ser compensados os aumentos decorrentes da Lei nº 8.627/93. Assim, são compensáveis todas as verbas incorporadas a título da Lei nº 8.627/93, independente do mês da aplicação da referida Lei e do número de progressões dela decorrentes. Não obstante, à míngua de prova do desacerto dos percentuais apontados como devidos pela Contadoria, assim como da origem do alegado reajuste à autora no percentual de 13,78%, a informação do órgão auxiliar do Juízo, calcada nas fichas financeiras da parte exequente/embargada, é de ser prestigiada.

(...) (AC nº 5002321-62.2010.404.7100/RS, Rel. Des. Federal CARLOS EDUARDO THOMPSON FLORES LENZ, Terceira Turma, D.E. 07/01/2013)

EMBARGOS À EXECUÇÃO DIFERENÇAS DE 28,86%. COMPENSAÇÃO.

1) O título executivo determina que devem ser compensados os aumentos decorrentes da Lei nº 8.627/93, de modo que são compensáveis todas as verbas incorporadas a título da Lei nº 8.627/93, independente do mês da aplicação da referida Lei e do número de progressões dela decorrentes.

2) As alterações de classe/padrão implementadas posteriormente a janeiro de 1993 devem ser consideradas na apuração dos valores devidos, uma vez que o percentual de defasagem calculado com base na própria Lei nº 8.627/93 é diverso para cada classe/padrão. Com isso não se está abatendo o valor recebido pelo servidor em razão da promoção, o que não seria possível. O que se está fazendo é simplesmente reenquadrar o servidor no percentual de reajuste devido (em decorrência da Lei n. 8.627/93), em razão da nova classe/padrão ocupados, valendo observar que pode acontecer de, com a progressão na carreira, o servidor fazer jus a um percentual maior de reajuste.

3) Acaso se verificasse somente o percentual relativo à classe/padrão especificamente ocupados por ocasião da Lei n. 8.627/93, cada servidor chegaria ao final da carreira com um valor diverso de vencimento básico. Para se evitar que servidores ocupantes de mesmos cargos, nas mesmas classes e padrões, tenham vencimentos diversos, em razão da classe/padrão que ocupavam na ocasião da edição da Lei n. 8.627/93, é que se considera o percentual padrão de defasagem relativo a cada classe/padrão, percentual este calculado com base na Lei n. 8.627/93 (e não com base em qualquer lei posterior). Tudo isto com o intuito de se dar aplicação ao princípio da isonomia (igual vencimento para igual classe e padrão na carreira), que foi o princípio ensejador do direito ao percentual de 28,86%, objeto de discussão nestes embargos.

(AC nº 2003.71.00.035440-0/RS, Rel. Des. Federal Federal CARLOS EDUARDO THOMPSON FLORES LENZ, Terceira Turma, D.E. 07/01/2013)

De outra banda, verifica-se que as conclusões da Contadoria Judicial, por certo, levaram em conta a possibilidade de compensação do reajuste previsto na Lei nº 8.645/93, o que tem sido afastado por este Tribunal. Confirma-se:

**ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. 28,86%. SERVIDORES.CÁLCULOS. PROVA. MÁXIMAS DA EXPERIÊNCIA.**

1. A ficha financeira de 1993 do embargado, demonstra que ele recebeu no mês de fevereiro (retroativo a janeiro) um reajuste de 31,81%, decorrente de reposicionamento de 3 padrões (de B - VI para A - III), como determina a Lei 8.627/93 e como constatado pela Contadoria Judicial.

Em janeiro de 1993 seu vencimento básico era de Cr\$ 5.797.590,00, tendo passado a partir de março de 1993 a Cr\$ 10.164.080,00 (do qual, descontado-se o reajuste de 33% concedido pela Lei 8.645/93), resulta em um reajuste de 31,81%.

E seguindo a experiência judicante em processos desta espécie; (aplicação das máximas da experiência, CPC, art. 335), o reposicionamento administrativo de 3 padrões dentro do mesmo ano (em 1993), aponta para a natureza compensável do reajuste disso decorrente, porquanto decorrente da aplicação das Leis nº 8.627/93 e 8.622/93.

Raciocínio diverso, tornaria imperioso concluir que as citadas

*progressões além de um padrão por ano, teriam se dado por mera liberalidade da Administração, o que importaria em notável violação ao princípio da legalidade que a vincula e submete, sendo também tal raciocínio contrário àquilo que normalmente acontece em casos desta espécie (é dizer, a Administração não costuma pagar valores a servidores por mera liberalidade, isto é, sem fundamento legal para tanto) - art. 335, CPC, aplicação das máximas da experiência.*

*2. Correção monetária sobre os valores recebidos somente seria devida no caso se a embargada tivesse percebido um reajuste abaixo (em índice inferior ao) dos 28,86% deferidos no título executivo, pois para haver acessório (a correção monetária) há de subsistir ao menos uma parte do principal (diferenças a receber decorrentes de um reajuste menor que os 28,86% deferidos) a ser executado.*

*3. Apelo improvido.*

*(AC nº 2006.71.00.011685-9/RS, Rel. Des. Federal CARLOS EDUARDO THOMPSON FLORES LENZ, Terceira Turma, D.E. 20/01/2010) (grifei)*

**EMBARGOS À EXECUÇÃO. ACORDO ADMINISTRATIVO PARA PAGAMENTO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO. ÔNUS DA PROVA. BASE DE INCIDÊNCIA. DÉCIMOS. VENCIMENTOS. CONDENAÇÃO DA FAZENDA PÚBLICA EM HONORÁRIOS EM SEDE DE EXECUÇÃO. PRECEDENTES.**

*1. O Núcleo da Contadoria Judicial de fls. 114/115 demonstra claramente que o percentual de 33% indicado pela União a fls. 60 não é resultado de incorporação de percentuais definidos pela Lei nº 8.627/93, mas sim pela Lei nº 8.645/93 que concedeu uma antecipação salarial de 33% a partir de março de 1993, não podendo por isso mesmo ser compensado com os percentuais de 28,86%, como estabelece a jurisprudência unificada sobre o tema.*

*(...) (AC nº 2004.71.06.002082-7/RS, Des. Federal VALDEMAR CAPELETTI, Quarta Turma, D.E.16/11/2009) (grifei) PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. REAJUSTE DE 28,86%. AUSÊNCIA DE REVISÃO. INEXISTÊNCIA DE PREJUÍZO. ÍNDICE DE 33%. LEI 8.645/93. ÔNUS PROBATÓRIO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. LETRAS 'A' A 'C' DO § 3º DO ARTIGO 20 DO CPC.*

*1. A ausência de revisão não acarreta a nulidade do julgamento quando não for demonstrado prejuízo.*

*2. O índice de 33% concedido em março de 1993 não pode ser compensado, pois se refere a um reajuste geral conferido pelo artigo 1º da Lei nº 8.645/1993. Efeito infringente negado.*

*(EDAC nº 2002.71.01.003723-9/RS, Rel. Juiz Federal FRANCISCO DONIZETE GOMES, Terceira Turma, DJ 17/08/2005) (grifei)*

*Quanto aos ônus sucumbenciais*

*Diante da presente decisão, declaro recíproca a sucumbência, pelo que cabível a distribuição dos ônus entre as partes e integralmente*

*compensados os honorários advocatícios, na forma do art. 21 do CPC, anotando que a concessão do benefício da assistência judiciária gratuita em nada obsta a compensação da verba honorária.*

*Ante o exposto, voto por dar parcial provimento à apelação da parte exequente/embargada.*

No caso, não verifico omissão acerca de questão essencial ao deslinde da controvérsia e oportunamente suscitada, tampouco de outro vício a impor a revisão do julgado.

Com efeito, haverá contrariedade ao art. 535 do Código de Processo Civil quando a omissão disser respeito ao pedido, e não quando os argumentos invocados não restarem estampados no julgado, como pretende a parte Recorrente.

O procedimento encontra amparo em reiteradas decisões no âmbito desta Corte Superior, de cujo teor merece destaque a dispensa ao julgador de rebater, um a um, os argumentos trazidos pelas partes (v.g. Corte Especial, EDcl nos EDcl nos EREsp 1.284.814/PR, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, DJe de 03.06.2014; 1ª Turma, EDcl nos EDcl no AREsp 615.690/SP, Rel. Min. Sérgio Kukina, DJe de 20.02.2015; e 2ª Turma, EDcl no REsp 1.365.736/PE, Rel. Min. Humberto Martins, DJe de 21.11.2014).

E depreende-se da leitura do acórdão recorrido que a controvérsia foi examinada de forma satisfatória, mediante apreciação da disciplina normativa e cotejo ao firme posicionamento jurisprudencial aplicável ao caso.

De outra parte, sustenta o Recorrente que "[...] não se pode compensar o referido reajuste com a Portaria MARE 2.179/98. Isso porque tal Portaria, ao indicar os percentuais de reajuste que ainda seriam devidos, leva em conta as progressões funcionais sofridas pelos servidores desde 1º de janeiro de 1993 até 30 de junho de 1998. (...) Assim, a Portaria MARE considera o residual existente adotando os valores percebidos em junho de 1998 através das equivocadas compensações de reposicionamentos e progressões que não decorreram apenas das Leis nº 8.622/93 e 8.627/93" (fl. 454e).

Nesse ponto, o tribunal de origem, após minucioso exame dos elementos fáticos contidos nos autos, concluiu que as alterações de classe/padrão implementadas posteriormente a janeiro de 1993 devem ser consideradas na apuração dos valores devidos, não havendo violação à coisa julgada, nos termos em que especificado na sentença, conforme se extrai dos seguintes excertos do acórdão recorrido (fls. 402/403e):

**Quanto às compensações**

*A teor do demonstrativo de cálculo apresentado pela Contadoria Judicial (evento 2/CÁLCULO 11 do processo de origem) foram compensados os percentuais decorrentes dos reposicionamentos decorrentes das Leis 8.622/93 e 8.627/93, a partir do apurado nas fichas financeiras dos exequentes, tendo sido afastadas as diretrizes de cálculos estipulados pela Medida Provisória nº 1.704/98 e na Portaria MARE nº 2.179/98.*

*O título executivo determina que devem ser compensados os aumentos decorrentes da Lei nº 8.627/93. Assim, são compensáveis todas as verbas incorporadas a título da Lei nº 8.627/93, independente do mês da aplicação da referida Lei e do número de progressões dela decorrentes.*

*De igual, modo, as alterações de classe/padrão implementadas posteriormente a janeiro de 1993 devem ser consideradas na apuração dos valores devidos, nos termos em que especificado na sentença. Neste sentido, tem-se orientado a jurisprudência desta Corte:*

**EMBARGOS À EXECUÇÃO. DIFERENÇAS RESIDUAIS DE 28,86%. SERVIDOR CIVIL. INCIDÊNCIA SOBRE ANUÊNIOS RECOMPOSTOS E 3,17%. POSSIBILIDADE. IMPOSSIBILIDADE DE COMPENSAÇÃO DE MAIS DE TRÊS PADRÕES. LEI Nº 8.627/93. AFASTAMENTO. COMPENSAÇÃO/LIMITAÇÃO DECORRENTE DA REESTRUTURAÇÃO FUNCIONAL PROMOVIDA PELA LEI Nº 10.355/01. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.**

4) Não procede a conclusão posta na sentença, calcada na informação da Contadoria Judicial de que somente três padrões podem ser compensados. O título executivo determina que devem ser compensados os aumentos decorrentes da Lei nº 8.627/93. Assim, são compensáveis todas as verbas incorporadas a título da Lei nº 8.627/93, independente do mês da aplicação da referida Lei e do número de progressões dela decorrentes. Não obstante, à míngua de prova do desacerto dos percentuais apontados como devidos pela Contadoria, assim como da origem do alegado reajuste à autora no percentual de 13,78%, a informação do órgão auxiliar do Juízo, calcada nas fichas financeiras da parte exequente/embargada, é de ser prestigiada.

(...)

(AC nº 5002321 -62.2010.404.7100/RS, Rei. Des. Federal CARLOS EDUARDO THOMPSON FLORES LENZ, Terceira Turma, D.E. 07/01/2013)

**EMBARGOS À EXECUÇÃO DIFERENÇAS DE 28,86%. COMPENSAÇÃO.**

1) O título executivo determina que devem ser

compensados os aumentos decorrentes da Lei nº 8.627/93, de modo que são compensáveis todas as verbas incorporadas a título da Lei nº 8.627/93, independente do mês da aplicação da referida Lei e do número de progressões dela decorrentes.

2) As alterações de classe/padrão implementadas posteriormente a janeiro de 1993 devem ser consideradas na apuração dos valores devidos, uma vez que o percentual de defasagem calculado com base na própria Lei nº 8.627/93 é diverso para cada classe/padrão. Com isso não se está abatendo o valor recebido pelo servidor em razão da promoção, o que não seria possível. O que se está fazendo é simplesmente reenquadrar o servidor no percentual de reajuste devido (em decorrência da Lei n. 8.627/93), em razão da nova classe/padrão ocupados, valendo observar que pode acontecer de, com a progressão na carreira, o servidor fazer jus a um percentual maior de reajuste.

3) Acaso se verificasse somente o percentual relativo à classe/padrão especificamente ocupados por ocasião da Lei n. 8.627/93, cada servidor chegaria ao final da carreira com um valor diverso de vencimento básico. Para se evitar que servidores ocupantes de mesmos cargos, nas mesmas classes e padrões, tenham vencimentos diversos, em razão da classe/padrão que ocupavam na ocasião da edição da Lei n. 8.627/93, é que se considera o percentual padrão de defasagem relativo a cada classe/padrão, percentual este calculado com base na Lei n. 8.627/93 (e não com base em qualquer lei posterior). Tudo isto com o intuito de se dar aplicação ao princípio da isonomia (igual vencimento para igual classe e padrão na carreira), que foi o princípio ensejador do direito ao percentual de 28,86%, objeto de discussão nestes embargos.

(AC nº 2003.71.00.035440-0/RS, Rei. Des. Federal Federal CARLOS EDUARDO THOMPSON FLORES LENZ, Terceira Turma, D.E. 07/01/2013)

*In casu*, rever tal entendimento, com o objetivo de acolher a pretensão recursal, demandaria necessário revolvimento de matéria fática, o que é inviável em sede de recurso especial, à luz do óbice contido na Súmula n. 7 desta Corte, assim enunciada: “a pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”.

Nesse sentido:

**ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. VIOLAÇÃO AO ART. 1022 DO CPC DE 2015. NÃO OCORRÊNCIA. SERVIDOR PÚBLICO. REAJUSTE DE 28,86%. ALEGAÇÃO DE**

**IMPLANTAÇÃO A MENOR EM RAZÃO DE ILEGAL COMPENSAÇÃO DE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR FORÇA DA PORTARIA MARE 2.179/1998. COBRANÇA DAS DIFERENÇAS. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE ANTE O ÓBICE CONTIDO NA SÚMULA 7/STJ.**

1. Constatado que não se configurou a ofensa ao art. 1.022 do Código de Processo Civil, uma vez que o Tribunal de origem julgou integralmente a lide e solucionou a controvérsia. Não é o órgão julgador obrigado a rebater, um a um, todos os argumentos trazidos pelas partes em defesa da tese que apresentaram. Deve apenas enfrentar a demanda, observando as questões relevantes e imprescindíveis à sua resolução. 2. Na hipótese dos autos, a parte insurgente busca a reforma do aresto impugnado, sob o argumento de que o Tribunal local não se pronunciou sobre o tema ventilado no recurso de Embargos de Declaração. Todavia, constata-se que o acórdão impugnado está bem fundamentado, inexistindo omissão ou contradição.

3. Registre-se, portanto, que da análise dos autos extrai-se ter a Corte de origem examinado e decidido, fundamentadamente, todas as questões postas ao seu crivo, não cabendo falar em negativa de prestação jurisdicional. 4. Quanto à alegada violação ao art. 942 do CPC/2015, a insurgência também não prospera. O texto do dispositivo é claro ao prescrever que a técnica diferenciada de julgamento só será exigível nas hipóteses em que o Agravo de Instrumento julgue antecipadamente o mérito da demanda, o que permite a interpretação de que tal dispositivo se dirige às ações de conhecimento, não se aplicando, assim, ao processo de execução, como na hipótese dos autos.

5. A decisão do Superior Tribunal de Justiça, proferida no julgamento do REsp. 1.281.977/SC, de relatoria do Ministro Napoleão Nunes, em nenhum momento fixou o termo final para o pagamento das diferenças, ao contrário, limitou-se a reconhecer a possibilidade de compensação com valores pagos em momentos posteriores ao trânsito em julgado da decisão de conhecimento, como formulado pelo Instituto, asseverando, assim, que no caso dos autos, a sentença transitou em julgado em 23.6.1997, antes da edição da Medida Provisória 1.704/1998, de 30.7.1998 e antes da publicação da Portaria MARE 2.179/1998, de modo que a compensação não poderia ter sido alegada pela Autarquia recorrida no processo de conhecimento.

6. Ademais, o Tribunal a quo negou provimento ao recurso e assim consignou: Cabível, portanto, a compensação do reajuste de 28,86% com os acréscimos concedidos pela MP 1.704/98, regulamentada pelo Decreto 2.693/98 e Portaria MARE 2.179/98, sem que haja ofensa à coisa julgada. Correta, assim, a decisão agravada, que reconheceu o direito à compensação, determinando a remessa dos autos à Contadoria para cálculo dos percentuais a serem efetivamente incorporados à remuneração da parte autora, se existentes (fls. 630).

7. Modificar a conclusão a que chegou a Corte de origem, de modo a acolher a tese dos recorrentes, demandaria reexame do acervo fático-probatório dos autos, o que é inviável em Recurso Especial, sob pena de violação da Súmula 7 do STJ.

8. *Recurso Especial parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido.* (REsp 1733660/SC, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/05/2018, DJe 21/11/2018, destaques meus)

**PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. CRITÉRIO NA ELABORAÇÃO DE CÁLCULO. ALTERAÇÃO DO JULGADO. VIOLAÇÃO À COISA JULGADA. ALTERAÇÃO DO JULGADO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. PRECEDENTES.**

1. *Caso em que os recorrentes desde a origem insurgem-se contra sentença que julgou parcialmente procedentes embargos à execução contra a Fazenda Pública, atinente a diferenças vencimentais de 28, 86%, declarando recíproca a sucumbência e compensados os honorários advocatícios.*

2. *O Tribunal local julgou a demanda ao fundamento de que "ambas as contas, da parte exequente e da embargante foram submetidos ao crivo da Contadoria Judicial, que é equidistante das partes, a qual demonstrou o acerto da conta da embargante, a qual foi acolhida, ao final, pelo juízo monocrático".*

3. *Consoante jurisprudência do STJ, não ofende a coisa julgada a compensação do índice de 28,86% com reajustes concedidos por leis posteriores à última oportunidade de alegação da objeção de defesa no processo cognitivo (v.g.: AgRg nos EAREsp 221.312/RS, Rel.*

*Ministro Benedito Gonçalves, Corte Especial, DJe 2/9/2015).* 4. *A análise do julgado, quanto à utilização da Portaria MARE n.*

*2.179/1998 como critério de compensação do reajuste de 28,86%, a fim de se reputarem incorretos os cálculos apresentados, bem como eventual afronta à coisa julgada em decorrência da referida portaria, demanda o reexame do acervo fático-probatório dos autos, o que encontra óbice no teor da Súmula 7/STJ (v.g.: AgInt no AREsp 230.305/RS, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 9/3/2017).*

5. *Agravo interno não provido.*

*(AgInt nos EDcl no REsp 1513410/RS, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 20/04/2017, DJe 04/05/2017, destaques meus)*

Passo ao exame do Recurso Especial da União (fls. 461/489e).

Não se pode conhecer a apontada violação ao art. 535 do Código de Processo Civil, porquanto o recurso se cinge a alegações genéricas e, por isso, não demonstra, com transparência e precisão, qual seria o ponto omissivo, contraditório ou obscuro do acórdão recorrido, bem como a sua importância para o deslinde da controvérsia, o que atrai o óbice da Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal, aplicável,

por analogia, no âmbito desta Corte.

Nesse sentido:

**ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA. AFASTAMENTO. AUSÊNCIA DE INÉRCIA DO CREDOR. NECESSIDADE DE REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO NÃO COMPROVADO.**

*1. É deficiente a fundamentação do recurso especial em que a alegação de ofensa ao art. 535 do CPC se faz de forma genérica, sem a demonstração exata dos pontos pelos quais o acórdão se fez omissa, contraditório ou obscuro. Aplica-se, na hipótese, o óbice da Súmula 284 do STF.*

(...)

(AgRg no REsp 1.450.797/RS, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 05/06/2014, DJe 11/06/2014).

**PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. SÚMULA 284/STF. SERVIDOR PÚBLICO. PROFISSIONAL DA ÁREA DA SAÚDE. IMPOSSIBILIDADE DE ACUMULAÇÃO DE CARGOS. ACÓRDÃO COM FUNDAMENTO EMINENTEMENTE CONSTITUCIONAL. INCOMPATIBILIDADE DE HORÁRIOS. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO, NA VIA ELEITA. SÚMULA 7/STJ. PRECEDENTES DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.**

*1. Quanto à alegação de negativa de prestação jurisdicional, verifica-se que, apesar de apontar como violado o art. 535 do CPC, a agravante não evidencia qualquer vício no acórdão recorrido, deixando de demonstrar no que consistiu a alegada ofensa ao citado dispositivo, atraindo, por analogia, a incidência da Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal ("é inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia"). Nesse sentido: STJ, AgRg no AREsp 422.907/RJ, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, DJe de 18/12/2013; AgRg no AREsp 75.356/SC, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 21/10/2013.*

(AgRg no AREsp 318.883/RJ, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 18/06/2014, DJe 01/07/2014 – destaques meus).

Posto isso, com fundamento no art. 557, *caput*, do Código de Processo Civil, **NEGO SEGUIMENTO** a ambos Recursos Especiais.

Publique-se e intuem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRA REGINA HELENA COSTA

Relatora